

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: EDUARDO EDISON DO AMARAL OU EDUARDO EDSON DO AMARAL
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PRESENÇA. ORDEM CONCEDIDA. EXTENSÃO DOS EFEITOS AO CORRÉU.

A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada, segundo a jurisprudência desta 1ª Turma (ressalva de entendimento da Ministra Relatora).

O pequeno valor do bem furtado, o abandono posterior do objeto do crime que propiciou a sua restituição à vítima, a ausência de violência, de grave ameaça ou de circunstâncias desfavoráveis, e a primariedade do paciente, autorizam a aplicação do princípio da insignificância, com a reforma da condenação.

Encontrando-se o outro condenado em situação idêntica ao do ora paciente, impõe-se a aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal, de modo a se estender a ele os efeitos do presente *habeas corpus*.

Writ concedido. Efeitos estendidos, de ofício, ao coacusado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em conceder a ordem de *habeas corpus*, com extensão ao corréu, nos termos do voto da

HC 103.993 / MG

relatora.

Brasília, 17 de abril de 2012.

Ministra Rosa Weber
Relatora

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: EDUARDO EDISON DO AMARAL OU EDUARDO EDSON DO AMARAL
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Eduardo Edison do Amaral contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça proferido no HC 147.341/MG.

Na espécie, Eduardo Edison do Amaral (paciente) e José Maria da Silva foram acusados de terem furtado, em meados de janeiro de 2002, da vítima Clementina da Silva Nunes um cavalo, avaliado em R\$ 150,00. Consta que, após a subtração, os agentes abandonaram o animal, que foi restituído à sua proprietária. Diante dos fatos, ambos foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal.

Sobreveio a sentença de primeiro grau, que julgou totalmente procedente a denúncia e condenou os dois acusados à pena de dois anos de reclusão, em regime inicialmente aberto, e pagamento de dez dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito.

A condenação foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

No Superior Tribunal de Justiça, a Quinta Turma denegou o HC 147.341/MG, impetrado apenas em favor de Eduardo Edison do Amaral, ora paciente. Eis o teor da ementa do acórdão:

*“HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. AUTO DE
AVALIAÇÃO. BEM SUBTRAÍDO DE VALOR ACIMA DO*

HC 103.993 / MG

ESTABELECIDO POR ESTA QUINTA TURMA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. RES FURTIVA DE VALOR NÃO ÍNFIMO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância tem como vetores a mínima ofensividade da conduta do agente, a nenhuma periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Demonstrando o respectivo auto que o animal furtado apresenta valor superior ao limite fixado por esta Quinta Turma para o reconhecimento do crime de bagatela, inviável a aplicação do princípio da insignificância, causa excludente de tipicidade material, admitida pela doutrina e pela jurisprudência em observância aos postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal.

3. Ordem denegada”.

Daí o presente habeas corpus.

Neste *writ*, a Defensoria Pública da União alega que o fato imputado ao paciente não possui ofensividade capaz de lesar bem jurídico tutelado pelo Direito Penal, o que impõe a aplicação do princípio da insignificância.

Assim, requer a concessão da ordem de *habeas corpus* para reconhecer a atipicidade material da conduta imputada ao paciente.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Wagner Gonçalves.

O presente *writ* foi inicialmente distribuído ao eminente Ministro Eros Grau, que indeferiu o pedido de medida liminar. Posteriormente, em razão da aposentadoria do relator originário, o feito foi submetido à nova distribuição e atribuído à Ministra Ellen Gracie. Assim, por sucessão à eminente Ministra Ellen Gracie, recebi a relatoria do presente *habeas corpus*.

É o relatório.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação – ou não – do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme consta na denúncia e na sentença, Eduardo Edison do Amaral (paciente) e José Maria da Silva furtaram, em meados de janeiro de 2002, um cavalo, avaliado em R\$ 150,00.

Posteriormente, o animal teria sido abandonado pelos condenados, pelo receio de não conseguirem vendê-lo, tendo sido recuperado e devolvido à vítima.

Observo que, apesar da avaliação do bem em R\$ 150,00, consta nos autos informação de que o animal teria sido vendido pela vítima por R\$ 70,00 (fl. 58).

O bem furtado teria valor inferior ao do salário mínimo vigente à época, de R\$ 180,00.

Esta Suprema Corte tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

HC 103.993 / MG

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

HC 103.993 / MG

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012)

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

Qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, tem ele lugar no presente caso.

O bem furtado tinha valor inferior ao salário mínimo vigente ao tempo do fato, representando 83% dele se considerada a avaliação de R\$ 150,00 ou 38% se considerado o afirmado preço de venda. A partir desse parâmetro, é certo que tal valor não é tão inexpressivo.

Entretanto, fato relevante é que os condenados, após o furto, abandonaram o animal, o que propiciou a sua restituição a vítima.

Não se trata aqui, é certo, de arrependimento eficaz ou posterior, mas o fato há de ser valorado em conjunto com a reduzida expressão econômica do bem furtado.

Não houve, outrossim, violência ou grave ameaça na prática do delito e, apesar do concurso de agentes, não vislumbro reprovabilidade suficiente a afastar o instituto da insignificância, segundo a compreensão que tem sido dada ao tema por esta 1ª Turma.

HC 103.993 / MG

Por outro lado, o paciente e o co-acusado foram considerados primários na sentença condenatória, sendo reputadas favoráveis todas as demais circunstâncias judiciais de aplicação da pena.

Então considerados cumulativamente todos esses fatores – pequeno valor do bem furtado, abandono posterior do objeto do crime que propiciou a sua restituição à vítima, ausência de violência, de grave ameaça ou de circunstâncias desfavoráveis, e primariedade do paciente –, deve ser aplicado no caso o princípio da insignificância, com a reforma da condenação. Ressalvo meu entendimento pessoal quanto ao tema no sentido de que, vinculado o princípio da insignificância à tipicidade, aspectos ínsitos à culpabilidade não se mostram hábeis a justificar a sua evocação. Na verdade, o princípio da insignificância, refletindo o princípio maior da intervenção mínima e o da fragmentariedade, constitui, *data venia*, excludente da tipicidade material.

Observo, por outro lado, que o presente *habeas corpus* foi impetrado apenas em favor de Eduardo Edison do Amaral. No entanto, analisando a sentença condenatória, constato que o magistrado utilizou a mesma fundamentação para condenar Eduardo Edison do Amaral, ora paciente, e José Maria da Silva, coacusado na mesma ação penal. A identidade de situação entre os agentes se evidencia quando se verifica que o julgador realizou a mesma dosimetria para a fixação da pena de ambos, inclusive na análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal e na primariedade.

Assim, encontrando-se o outro condenado em situação idêntica a do ora paciente, impõe-se a aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal, de modo a se estender a ele os efeitos do presente *habeas corpus*.

Ante o exposto, **concedo a ordem** de *habeas corpus*, para reformar a condenação no processo 0549.06.004567-7, absolvendo o paciente pela aplicação do princípio da insignificância. Estendo, de ofício, o benefício ao condenado José Maria da Silva.

É como voto.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE):

Mas, nesse caso, eu vou acompanhar, Ministra Rosa, porque, nesse caso, tem o fato, inclusive, de que foi restituído, não houve prejuízo à vítima.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

DEBATE

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Eu tenho até dúvidas se se enquadra nessa categoria de delito.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - E, na verdade, eu acredito, estou apontando aspectos que venham ao encontro da compreensão de Vossas Excelências. O pequeno valor do bem furtado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Embora já se tenha mantido condenação, ante o furto de bicicleta.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Abandono posterior do objeto do crime que prestou a sua restituição à vítima. Ausência de violência, de grave ameaça ou de circunstâncias desfavoráveis. E ainda a primariedade do paciente.

Então, eu proponho que se estenda ao outro corréu; proponho a concessão da ordem extensiva ao corréu.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso deve ter sido uma comarca que só tem esse processo criminal. Não é possível!

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não exagere porque haverá integrante da Turma votando pelo indeferimento da ordem.

17/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.993 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, há uma figura jurídica formalizada a revelar o furto privilegiado. E quais são as premissas? Como fica configurado o furto privilegiado? Leio o preceito, apenas para rememorá-lo. Se o criminoso é primário, caso concreto, e é de pequeno valor a coisa furtada, idem, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa. Eis o furto privilegiado. Indago: é possível substituir essa previsão normativa por outra, simplesmente, assentado-se o crime de bagatela?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Eu não estou analisando nem sob o ângulo da bagatela! porque eu não sei se cheguei a mencionar que eu acho que, na hipótese, não há tipicidade. O que eu estou entendendo? Que houve o abandono do animal. Na minha concepção de Direito Penal, isso foi uma arrependimento eficaz, porque a dona logo recuperou o animal, logo após, e, aqui, o arrependimento foi eficaz.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Vossa Excelência admitiria também no tocante a joias, numerário?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, não. Isso é diferente, porque eles abandonaram. Quer dizer, perseguido pela polícia abandonar, é flagrante. Aqui no caso eles abandonaram o cavalo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Desfazendo-se da coisa, jogando-se pela janela do carro, fica-se imune à glosa penal!

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não, eu até sou maximalista nessa questão penal. Há até uma discussão aqui, vamos dizer assim, se levar em conta o cotidiano da Turma, é antinômica, porque eu sou mais

HC 103.993 / MG

maximalista nesse sentido. Mas, aqui, verifico o seguinte: o agente que voluntariamente desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos praticados. Que ato praticado foi esse aí? Eu não estou conseguindo entender qual é a configuração criminal, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, artigo 16, restituída a coisa até o recebimento da denúncia, aqui não foi nem o caso. A hipótese mesmo é de abandono. Como fica um suposto furto com abandono e recuperação imediata? Eu acho que é fato impunível; é por esse fundamento. Não estou no princípio da insignificância não, estou no fato impunível.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (RELATORA) - Eu entendo pelo princípio da insignificância, pela atipicidade do delito, só destaco a Vossas Excelências que o cavalo tinha sido avaliado em cento e cinquenta reais, mas consta nos autos informação de que ele teria sido vendido pela vítima por setenta reais, na época, o salário mínimo era de cento e oitenta reais.

Eu entendo que, de fato, até priorizando o princípio da intervenção mínima, da fragmentariedade, que não se justifica, aqui, a configuração do crime.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, só para reiterar, eu, particularmente, entendo que isso não é o tipo de **habeas corpus** que tem que chegar ao Supremo Tribunal Federal. Até porque se o Supremo Tribunal Federal der uma resposta, com a devida vênia, da insignificância, da atipicidade pela insignificância, é mais ou menos como uma carta de alforria para cometer delitos contra o patrimônio dependendo do valor do bem. Então, é um péssimo exemplo, eu seria contrário a isso.

Agora, no caso específico, pelo abandono da coisa, o abandono da coisa e a recuperação imediata por parte do titular do cavalo, está me parecendo uma desistência voluntária. Alguma coisa assim. Se estivessem sido perseguidos pela polícia, e aí não saiu da esfera de vigilância, de

HC 103.993 / MG

qualquer maneira seria o crime tentado, mas abandonaram e a dona recuperou, eu acho que é fato impunível.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, peço vênica para manter a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça e indeferir a ordem.

Entendo que incide, na espécie, o furto privilegiado e que, certamente, o juiz, ao prolatar a sentença condenatória, considerou a norma que o prevê.

Por isso, indefiro a ordem.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 103.993

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : EDUARDO EDISON DO AMARAL OU EDUARDO EDSON DO AMARAL

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma concedeu a ordem de *habeas corpus*, com extensão ao corréu, nos termos do voto da Relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 17.4.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocuradora-Geral da República, Dr^a. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora